

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
12ª Sessão Ordinária de 2016

Dia: 21/06/2016

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/02/2015

- 1) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24
- Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR
- Requerido: Ministério Público da União
- Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.
- Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedido de Vista em 14/04/2015

- 2) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
- Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
- Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.
- Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

3) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 13/10/2015

4) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61

Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE nº 122/1994.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Rio Grande do Norte

Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 27/10/2015

5) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001795/2014-87

Requerente: Paulo Adriano Nunes Miranda

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, em fornecer informações quanto às providências tomadas na denúncia protocolada sob o nº 20K00489448.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Goiás

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 24/11/2015

- 6) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)
Embargante: Dirceu Dresch
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.
- Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 15/12/2015 – 23ª Sessão Ordinária

- 7) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000250/2015-34 (Recurso Interno)
Recorrente: Zélia Saraiva Lima – Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual é requerido o acolhimento da indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para o exercício da função eleitoral na 63ª Zona Eleitoral – Teresina, com a consequente designação pelo Procurador Regional Eleitoral da Circunscrição do mencionado Estado.
- Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Piauí
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedido de Vista em 26/01/2016

- 8) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)
Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa
Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.
- Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 27/01/2016

9) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36

Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 15/03/2016

10) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000762/2015-09 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou o arquivamento do presente Procedimento Interno de Comissão, recomendando a adoção de providências ao Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Paraíba
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 12/04/2016

11) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02

Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 14/06/2016

12) Proposição n.º 0.00.000.001222/2014-53 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001569/2014-04)

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Brasília
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

13) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001548/2014-81 (Pedido de Revisão)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Assunto: Pedido de revisão de decisão monocrática que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, na qual é requerida a apuração de inércia por parte da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na análise de notícias de fato, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

14) Consulta n.º 0.00.000.000451/2014-51

Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União – SINASEMPU

Advogado: Fábio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163

Interessado: Roberto Negri – Presidente do SINASEMPU

Assunto: Consulta acerca da possibilidade de Analistas do Ministério Público da União do cargo de Perícia/Engenharia de Segurança do Trabalho e do cargo de Perícia/Medicina do Trabalho ingressarem e transitarem livremente em empresas investigadas, sem a presença de um membro do Ministério Público para a realização de inspeções e vistorias técnicas.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão (26/04/2016)

15) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001034/2014-25

Requerente: Erika Kokay – Presidente da CPI Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Câmara dos Deputados

Interessado: Kedilson de Oliveira Barbosa

Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público Federal no Estado do Amazonas

Assunto: Alegação de inércia do Ministério Público do Estado do Amazonas e do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas em apurar denúncia de crime sexual envolvendo menor, formalizada àqueles órgãos no ano de 2004.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Manaus

16) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001637/2014-27

Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer providências do Ministério Público do Estado do Espírito Santo em face de alegações de diversas situações de desrespeito aos servidores daquele órgão.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Espírito Santo

Incluído na Pauta da 9ª Sessão (10/05/16)

17) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000371/2015-86

Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes LTDA.
Advogados: Cristiano Zanin Martins – OAB/DF n.º 32.190; Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823; Gabriel Ciríaco Lira – OAB/DF 47.2012
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em relação às medidas tomadas pelo mencionado Parquet que contribuíram para inviabilizar a realização da etapa brasileira de Fórmula Indy em Brasília.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão (31/05/2016)

18) Proposição n.º 0.00.000.000191/2014-13

Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Recomendação acerca da necessidade de legislação local específica para conversão de férias em pecúnia no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais e da não incidência de imposto de renda.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

19) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000799/2014-48

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Visa apurar a análise dos contratos 74/2010, 89/2010, 40/2011 e 41/2011, referentes às obras e reformas realizadas no Ministério Público do Estado do Ceará (Relatório de Inspeção, item 22.7).
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão (13/06/2016)

- 20) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 0.00.000.000001/2014-68 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Amazonas
Suzete Maria dos Santos e outros – Procuradores de Justiça do Estado do Amazonas
Ronaldo Andrade - Promotor de Justiça do Estado do Amazonas
Advogados: Leonardo Lemos de Assis – OAB/AM nº 6497; José Eldair de Souza Martins – OAB/AM nº 1822; Amanda Martins Valente – OAB/AM nº 2487
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou o cumprimento da decisão proferida nos autos nº 0.00.000.001353/2012-79.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Amazonas
- 21) Inspeção nº 0.00.000.000902/2015-31
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Aprovação do Relatório Conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 22) Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.000020/2016-56 (Recurso Interno)
Recorrente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Recorrido: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Brasília
- 23) Inspeção nº 0.00.000.000321/2016-80
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Aprovação do Relatório Conclusivo da Inspeção realizada na 4ª Promotoria de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08
Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 27/01/2016

- 2) Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Cons. Fábio Bastos Stica
- 3) Proposição nº 1.00126/2015-31
Proponente: Jarbas Soares Júnior
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 13/06/2016

- 4) Procedimento Avocado nº 1.00203/2015-17
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Advogado: Thiago Machado de Carvalho – OAB/DF n.º 26.973
Objeto: Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2013 (n.º MP 20431/2013), em trâmite no Ministério Público do Estado do Espírito Santo, avocado nos autos do Processo CNMP nº 0.00.000.000456/2015-64.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

- 5) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00117/2016-30
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG nº 58.400
Objeto: Revisão de Processo Disciplinar. PDA nº 2422663. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Alteração da Conclusão.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 14/06/2016

- 6) Proposição nº 1.00191/2015-85
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta de Resolução que estabelece diretrizes para o planejamento estratégico das unidades e ramos do Ministério Público.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

- 7) Proposição nº 1.00333/2015-96
Proponente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Objeto: Proposta de Resolução. Instituição. Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (26/01/2016)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00209/2015-49
Requerente: André Luís Alves de Melo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Pedido de Aposentadoria Especial. Atividade de Risco Análoga ao dos Policiais. Revisão de Decisão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Minas Gerais

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

- 9) Proposição nº 1.00312/2015-43
Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 7ª Sessão Ordinária (12/04/2016)

- 10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00200/2015-56
Requerente: Deusdedith Ferreira Araújo – OAB/RR n.º 550
Requerido: Ministério Público de Contas do Estado de Roraima
Objeto: Ilegalidades. Concessão de Licença Prêmio em Pecúnia por assiduidade. Membros do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Roraima

Incluído na Pauta da 9ª Sessão (10/05/2016)

- 11) Pedido de Providências nº 1.00092/2016-93
Requerente: Luiz Inácio Lula da Silva
Advogados: Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823; Rafael Borges – OAB/RJ n.º 141.435; Nilo Batista – OAB/RJ n.º 187-B; Cristiano Zanin Martins – OAB/SP n.º 172.730; André Nascimento – OAB/RJ n.º 99.026; Maria Luiza Gorga – OAB/SP n.º 328.981
Requerido: Procuradoria da República no Distrito Federal
Objeto: PIC nº 1.16.000.000991/2015-08. 1º Ofício de Combate à Corrupção da Procuradoria da República do Distrito Federal. Negativa de acesso ao feito e de deferimento de cópias. Irregularidade em redistribuição posterior ao 5º Ofício do mesmo Núcleo. Disponibilização da íntegra dos autos ao conhecimento de revista de circulação nacional.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão (31/05/2016)

- 12) Pedido de Providências nº 1.00344/2015-94
Requerente: Suzane Maria Carvalho do Prado
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Designação para participação em audiências fora da Vara de origem.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Paraná

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00388/2015-97
Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará
- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00175/2016-09
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Adequação dos cargos de Assessor Auxiliar de Procurador, Oficial de Gabinete e Secretária de Procurador. Prescrições do art. 37, incisos II e V, da Constituição Federal. Item 21.1.31 do relatório conclusivo da Inspeção.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Amapá
- 15) Proposição nº 1.00236/2016-01
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão (13/06/2016)

- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00145/2015-77
Requerente: Associação do Ministério Público de Rondônia - AMPRO
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Flavia Barbosa Shimizu Mazzini
Objeto: Controle. Decisão. Colégio de Procuradores de Justiça. Ministério Público do Estado de Rondônia. Reconhecimento, Art. 100 combinado art. 127 da Lei Complementar nº 93/93. Licença-Prêmio.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rondônia
- 17) Pedido de Providências nº 1.00214/2015-15
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho. Gozo de Licença-Prêmio. Tempo de Serviço na Administração Pública.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 19) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00362/2015-76
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Advogado: Luciana Cláudia de Oliveira Costa – OAB/RN nº 3456
Objeto: Portaria CNMP-CN nº 145/2015. Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. RD 710/2015-24.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Rio Grande do Norte
- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00095/2016-54
Requerente: Benedicto de Oliveira Guedes Neto
Advogado: Renato Duarte Bezerra – OAB/TO nº 4.296
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Suspensão Liminar. Anulação. Julgamento. Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Tocantins. Formação de Lista Tríplice. Princípios da Administração Pública. Resolução 001/2012. Promoção por merecimento. 26ª Promotoria de Justiça de Palmas.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Tocantins
- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00101/2016-64 (Recurso Interno)
Recorrente: José Carlos Cruz
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Controle. Autos de Processo do Ministério Público do Estado de São Paulo. Inquérito Policial. Apuração de irregularidades da Autoridade Policial e do Ministério Público do Estado de São Paulo. Acesso do advogado aos autos. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: São Paulo

22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00141/2016-42

Requerente: Rodrigo Siqueira de Andrade – OAB/CE nº 21.449

Requeridos: Ministério Público da União; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Ministério Público da União, dos Estados e Distrito Federal. Submeter ao teto remuneratório as parcelas recebidas por trabalho extraordinário, por não terem natureza indenizatória. Afastar o pagamento de gratificação quando o membro do Parquet não estiver acumulando atribuições ordinárias e extraordinárias. Afastar o pagamento de gratificação no caso de deslocamento do membro do Parquet de sua sede funcional, não caracterizando acumulação de funções. Melhor detalhamento no Portal da Transparência dos contracheques de membros e servidores. Revisão da Resolução CNMP nº 09/2006. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

23) Nota Técnica nº 1.00237/2016-65

Requerente: Fábio Bastos Stica

Objeto: Nota técnica que dispõe sobre a posição do Conselho Nacional do Ministério Público sobre as alterações feitas pela Assembleia Legislativa do Piauí no art. 39, inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí), tornando parte das atribuições do Procurador-Geral de Justiça exclusivas e indelegáveis.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Piauí

24) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00259/2016-61

Requerente: Luiz Eduardo Pena Gonçalves

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Servidores exercendo advocacia na condição de assessores jurídicos. Violação da vedação contida na Resolução CNMP nº 27/2008. Requer isonomia em face de decisão proferida nos autos da Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.000177/2016-81.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Amapá

25) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00262/2016-20

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Grupo de Atuação em Defesa da Mulher - GEDEM. Denúncia de violência doméstica contra mulher. Inércia na adoção de medidas protetivas.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Bahia

26) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00283/2016-73

Requerente: Corregedoria Nacional

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Portaria CNMP-CN nº 75/2016. Fatos apurados na Reclamação Disciplinar CNMP nº 0.00.000.000250/2016-15. Manifestação Pública indevida.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Bahia

27) Pedido de Providências nº 1.00356/2016-36

Requerente: Ailton Ferreira da Silva

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. Alegação de irregularidades em manifestação proferida em processo judicial que tramita no Supremo Tribunal de Justiça.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público